

ENTRE O CORRENTE E A EXCEPÇÃO.

Os edifícios do ‘novo’ centro cívico da cidade do Porto

Clara Pimenta do Vale¹
clara_vale@arq.up.pt

Resumo

As preocupações com a sustentabilidade que têm vindo a ganhar força ao longo das últimas décadas tornam clarividente que não é racional desperdiçar materiais, trabalho, energia ou dinheiro na demolição, parcial ou total, de edifícios para depois construir outros no seu lugar e muitas vezes em condições de durabilidade e de adequação ao uso inferiores às daqueles que os mesmos vieram substituir. Contudo, a intervenção em edifícios existentes e o consequente estudo do estado de conservação, das anomalias presentes, da determinação de suas causas e formas de reabilitação, põe-nos perante uma questão importante e premente: a necessidade de saber como cada edifício foi construído, com que sistemas e materiais, para mais facilmente conseguir estabelecer um diagnóstico e uma correta metodologia de intervenção.

Se para os edifícios antigos, construídos ainda com os materiais e sistemas tradicionais, existe já uma série de estudos de caracterização construtiva, diagnóstico de anomalias-tipo e formas de intervenção, o mesmo não sucede com os edifícios da ‘fase de transição’ construídos entre os primeiros anos do século XX e a entrada em uso corrente da construção porticada de betão armado. São edifícios com pouca uniformidade estilística, com sistemas construtivos muito diferentes, e onde se percebe o aumento de complexidade à medida que novos materiais, novos sistemas, tecnologias e ferramentas são disponibilizados e se tornam correntes. Complexidade que também decorre de alterações na estrutura social e cultural, e no aumento das exigências funcionais e de conforto que foram ocorrendo ao longo do século XX.

Tomando como caso de estudo a construção feita até ao final da década de 30, na recém-aberta Avenida dos Aliados, novo centro cívico Portuense, e o papel destes edifícios e funções que albergam, na dignificação do novo arruamento, na presente comunicação é feita a sua caracterização construtiva, evidenciando diferenças e similaridades com edifícios de outra zona importante da cidade, o eixo da Boavista

Palavras-chave: Século XX, Caracterização construtiva, Aliados.

¹ Professora Auxiliar, CEAU, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

1 Introdução

A caracterização construtiva dos edifícios construídos no período de mudança entre uma cultura construtiva tradicional e a implementação de sistemas industrializados, que se pode situar grosso modo na primeira metade do século XX, ainda não está feita de uma forma sistemática e extensiva.

Se por um lado, a pouca uniformidade estilística e construtiva destes edifícios dificulta a identificação de modelos e formas tipo de intervenção, por outro lado, um não reconhecimento do seu valor (arquitectónico e económico) tem determinado a sua destruição ou desvirtuação sistemática na cidade do Porto, evidenciados na comparação dos dados censitários de 2001 e 2011: a demolição ou grande alteração de 1/3 dos edifícios construídos entre 1919 e 1945 [1]. Se a preservação destes edifícios é sem dúvida importante, a mesma passa, numa primeira fase, pelo seu reconhecimento e documentação, de acordo com os pressupostos da Carta de Nara.

Caso de estudo importante para a caracterização deste período de transição é o Centro Cívico do Porto, a Avenida dos Aliados, com uma construção dilatada no tempo que cruza este período de introdução e consolidação de novas formas de fazer.

1.1 Metodologia

A metodologia de análise seguida assentou essencialmente na consulta e análise das licenças de obras e na observação directa dos edifícios. Em casos pontuais foi possível o recurso a fontes secundárias.

Numa fase seguinte deste estudo espera-se complementar a análise com levantamentos *in situ* com recurso a fotogrametria e reconstituição 3D.

2 O Processo de Edificação do Novo Centro

No início do século XX, o Porto, como a segunda maior cidade Portuguesa, queria afirmar-se como uma moderna metrópole e um contraponto efetivo à capital, Lisboa. Mudanças na orientação política, tanto na esfera nacional como municipal (mudando da Monarquia para a República, do conservadorismo para uma visão mais progressista e socialista) foram factores determinantes neste desejo de mudança, e na forma como o mesmo foi implementado.

O centro cívico do Porto estava localizado na Praça da Liberdade, uma praça oitocentista, de desenho regular, aberta fora dos limites das muralhas medievais, e nesse desejo de afirmação era requisito importante a promoção de uma nova centralidade, com dimensão que permitisse albergar uma série de novos edifícios para as funções representativas de uma cidade moderna - como bancos, companhias de seguros, escritórios de advogados ou edifícios sede de

jornais, mas também outros de uso comercial e lúdico, como hotéis, grandes armazéns ou cafés.

O plano de renovação urbana foi entregue, em 1915, a Barry Parker, Arquitecto Inglês, e determinou a demolição de uma extensa área central (antigo Bairro dos Laranjais) e a construção de um conjunto de novos edifícios, com a desejada imagem de monumentalidade e onde os novos materiais, como as estruturas de betão armado e os rebocos decorativos à base de cimento Portland, fizeram a sua entrada.

Este processo de renovação urbana, maioritariamente levado a cabo nas décadas de 20 e 30 do século XX, mas que se estendeu até à década de 60, foi feito segundo dois processos de urbanização distintos:

a) o lado Poente correspondeu a um conjunto de novas construções edificadas em terrenos deixados vagos pelas extensas demolições;

b) o lado Nascente resultou, na maior parte dos casos, de um cerzir entre as construções existentes na antiga Rua Elias Garcia e as ampliações executadas para respeitar o novo alinhamento urbano.

Edifícios inaugurais desta nova centralidade, não em termos temporais, mas formais e representativos, foram os projetos de Marques da Silva para ‘A Nacional’ e para o ‘Banco Pinto Leite’. *“Em conjunto funcionam como os ‘Pilares de Hércules’ da Avenida, o enquadramento que acompanhará a construção deste espaço representativo da cidade e dos seus Paços do Concelho”* [2]. Estes dois edifícios, conjuntamente com a Edifício da Câmara Municipal, formaram um triângulo físico, mas também visual, que influenciou a construção que foi sendo feita à margem deste novo arruamento.

A formação parisiense de Marques da Silva foi plataforma de contacto não só com novos vocabulários arquitectónicos, mas também com novos materiais e sistemas construtivos, sendo notória a influência deste arquitecto na cidade do Porto e, particularmente, nesta zona central.

3 Caracterização construtiva

No novo centro cívico, os primeiros edifícios licenciados, ainda no final da década de 10, recorreram a uma definição construtiva na continuidade da tradição anterior. No caso do edifício ‘Soares da Costa’, de Michelangelo Soá, licenciado em 1919, a composição assentava na justaposição de módulos espaciais, estruturais e compositivos, determinados por um conjunto de paredes de alvenaria e sobrados de madeira lançados entre as mesmas, numa comparação directa com o modelo construtivo dos estreitos lotes portuenses. Esta matriz construtiva tradicional estava patente logo na própria designação processual de *“seis moradas de casas”* e na descrição construtiva onde se referia que *“paredes em elevação serão (...) em perpianho (...) a fachada (...) em cantaria lavrada”*, os sobrados em madeira e até explicitamente negava *“o uso de vigas*

metálicas” na maior abertura de vãos ao nível da fachada no rés-do-chão, garantindo que a mesma seria feita por arcos de pedra maciça [3].

O edifício sede do Clube ‘Os Fenianos’, licenciado em 1920, não pode servir de referência efetiva e caracterizador da época uma vez que o mesmo corresponde a um construir à volta e em cima do anterior edifício da Assembleia Portuense, numa forma que ainda hoje é aparente no alçado para a Rua da Trindade, pelas obras que ficaram inconclusas por falta de verba, mas também pela evolução de um gosto arquitectónico que se afastou da imagem preconizada pelo projecto de Francisco de Oliveira Ferreira.

Outros edifícios construídos nesta área, durante a década de 20, já não são entendidos como a agregação de lotes estreitos, mas como um edifício único, sujeito a um esquema de composição de alçado e planta que deve contribuir para a dignificação da função principal que albergam, seja instituição bancária, seguradora, ou grande casa comercial, e que se reflete diretamente na caracterização construtiva; exemplos disso são o ‘Bancos do Minho’ e ‘Banco Lisboa & Açores’, de Moura Coutinho, o Edifício ‘Espírito Santo’, de Carlos Mourão, ou, um pouco posterior, o Edifício da ‘Companhia de Alcobaça’, construído já como sede do ‘Montepio Geral’.

Tomando como referência o ‘Banco do Minho’, a sua distribuição em planta é marcada pelo carácter público e representativo do uso do rés-do-chão, assentando num conjunto de células de diferentes dimensões, organizadas em torno do ‘hall’ central, elemento dignificador da instituição bancária. As paredes ainda são de alvenaria, mas o betão armado é já usado em pavimentos da instituição bancária, em alguns elementos verticais, e na caixa-forte. Efectivamente, a função do edifício é importante para a sua definição construtiva, e a escolha do betão armado aparece como um garante de qualidade e segurança. A zona ocupada pelo banco utiliza o betão armado *“de forma a garanti-la quanto possível não só contra qualquer tentativa de roubo ou assalto, como contra os perigos de um incêndio* [4].

Em outros edifícios desta primeira fase, o betão armado é utilizado em vigas isoladas, assim executadas para conseguirem vencer os grandes vãos livres que a composição de fachada ou função determinavam. Contudo, estas vigas de betão servem de apoio a uma estrutura convencional de pavimentos em madeira, como no caso do edifício ‘Pinto Leite’, licenciado em 1924, ou do edifício ‘António Maria Lopes’, licenciado em 1929.

Quanto à introdução de pilares isolados, os mesmos aparecem sempre que a organização espacial não permite a utilização de paredes portantes de granito (sempre preferidas onde é possível a sua utilização). Um dos primeiros edifícios que recorre a uma estrutura de pilares (que pode ser entendida como tal) é o projecto de ‘A Nacional’ de Marques da Silva, licenciado ainda em 1920. A criação de um grande átrio central que acompanha a quase totalidade da altura do edifício, para onde todos os espaços se abrem num ‘rendilhado’ de caixilha-

ria que filtra a luz, determina que a estrutura resistente deste núcleo central seja por elementos pontuais. Contudo a estrutura da periferia do edifício continua a ser garantida por uma parede portante de boa pedra de granito.

Outro edifício que apenas mantém paredes portantes na periferia é o Edifício ‘Almeida e Cunha’ (também conhecido por ‘Monumental’) projecto de Michelangelo Soá. A grande extensão do edifício e a composição de alçado, conjugadas com as condicionantes programáticas, determinam uma estrutura assente em elementos pontuais, e uma grelha de vigas cruzadas para suporte de pavimentos. Interessante neste edifício é o facto de a estrutura de betão armado ser um anseio estético mais do que construtivo, encontrando-se estruturas de madeira, revestidas com tectos de estafe, a simular vigas de betão.

Se compararmos com o estudo que fizemos para outra zona da cidade, a Boavista [5][1], percebemos que a questão da escala dos edifícios, da sua função, e também do carácter monumental que a zona determinava, influenciou o ritmo e a forma de introdução dos novos materiais na zona dos Aliados.

Na zona da Boavista, e relativamente ao uso de elementos de betão armado nas construções, a mesma começava geralmente pela utilização de lajes de betão armado em cozinhas, tectos de garagem, ou separação com outras funções e, quase invariavelmente, por resposta à solicitação da Inspeção de Incêndios. Daí se passava, por facilidade de execução, às restantes zonas de águas, sendo que esta é uma prática que se torna corrente durante a década de 30, com exemplos isolados na década de 20. A totalidade dos pavimentos em betão armado apenas se torna a situação dominante na década de 40 [1].

Na zona da Avenida dos Aliados, como vimos, a introdução do betão armado é feita temporalmente mais cedo, e de uma forma distinta. Se na Boavista podemos considerar as questões de segurança o motor da introdução do betão armado nas construções, nos Aliados esse papel é maioritariamente desempenhado pelas condicionantes funcionais e representativas dos edifícios.

Mas também nos Aliados se reconhece a influência directa da Inspeção de Incêndios nesta introdução de elementos de betão armado em pavimentos e tijolo em paredes, para a redução do risco de incêndio. Na informação de 1923 ao edifício ‘Pinto Leite’ indica-se que se deve “*construir todas as paredes das cozinhas de pedra ou tijolo e pavimentá-las a mosaicos ou a betonilha*” [6]. Em informações pouco posteriores de outros projetos já encontramos solicitação de que os pavimentos das cozinhas sejam de betão armado.

Nota-se contudo um tratamento diferenciado entre o lado nascente e poente da Avenida, decorrente das condicionantes de urbanização anteriormente enunciadas. Nas ampliações de edifícios existentes, as solicitações de betão armado nas lajes e escadas de ligação começam a aparecer logo a partir de 1924, algo que não se encontra explicitado da mesma forma nas construções de raiz do lado poente.

Mas as maiores inovações arquitectónicas e construtivas desta zona não se dão à margem da Avenida mas nas suas proximidades. As opções municipais, evidenciadas no “Prémio de Honra da Cidade do Porto”, instituído em 1917, e respectivo regulamento, são a favor da valorização estética do centro cívico, mas que rejeita o despojamento decorativo dos primeiros edifícios modernistas, como a garagem de ‘O Comércio do Porto’, construída numa das transversais à Avenida, ou do Coliseu, edificado num arruamento próximo.

4 Conclusão

Atualmente assiste-se, embora que ainda marginalmente, a um re-interesse por esta área da cidade, fruto também, mas não só, da crescente atratividade turística da cidade do Porto. Será pois expectável que muitos dos edifícios que estão hoje abandonados sejam muito proximamente alvo de processos de reabilitação ou reconversão e será determinante na qualidade dos mesmos um conhecimento seguro da preexistência enquanto elemento construído e valor de testemunho histórico.

5 Bibliografia

- [1] Vale, C.P. & Almeida, V.A. Entre tradição construtiva e modernidade arquitectónica. Caracterização construtiva da habitação corrente da cidade do Porto no segundo quartel do século XX. *Patorreb 2012*, Santiago de Compostela. Abril 2012.
- [2] Vale, C.P.. *A Cidade entre o Projecto e a Realidade*, in *Avenida dos Aliados e Baixa do Porto: Memória, Realidade e Permanência*, Porto: Porto Vivo SRU, 2013. pp. 249
- [3] CMP & Soá, M.. *Licença nº 302/1919, Avenida dos Aliados, 71-89 [ed. Soares da Costa]*. Porto: AHMP, 1919.
- [4] Martins, R.M.M., *João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1872-1954) : arquitectura e urbanismo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da U.Porto, 2010.
- [5] Vale, C.P.. *Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto. O eixo da Boavista (1927-1999). Contributo para a História da Construção em Portugal no século XX*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da U.Porto, 2012.
- [6] CMP & Silva, J.M. *Licença nº 1603, Avenida dos Aliados, 2-20 [Ed. Pinto Leite]*. Porto: AHMP, 1924.